

ACTA N.º 09/2009 – Reunião ordinária do dia 2009.03.30

-----Aos trinta dias do mês de Março do ano dois mil e nove, nesta vila de Bombarral e salão de reuniões do edifício dos Paços do Município, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Bombarral, com a presença do senhor Presidente da Câmara Luis Alberto Camilo Duarte, do senhor vice-Presidente da Câmara João Carlos Barreiras Duarte e dos senhores vereadores Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins, José João Jesus Ferreira, António Joaquim Correia Fialho Marcelino, Mário Gomes Morgado e Bruno António Martins Santos.-----

-----Secretariou a reunião o Assistente Técnico Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.-----

-----Estiveram igualmente presentes o senhor Chefe da Divisão de Obras Particulares e Planeamento Urbanístico arqt. Alberto Jorge Jerónimo, o senhor Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos Sérgio Manuel Silva Duarte e, em representação da Associação Ligar à Vida, o senhor Padre Arsénio José Fernandes Isidoro, o senhor Bruno Louro e a Dr.ª Cristina Gabriel.-----

-----Pelas 15:15 horas foi a reunião declarada aberta pelo senhor Presidente da Câmara, sendo de imediato interrompida a fim do executivo se deslocar às instalações do Instituto da Vinha e do Vinho e a diversos locais no concelho para onde existem projectos de obras particulares. Pelas 17:45 horas, foi a reunião reatada.-----

0386. ACTA N.º 07/2009: Depois de lida e achada conforme foi deliberado por unanimidade aprovar a acta n.º 07/2009, respeitante à reunião de Câmara de dia 16 de Março de 2009.-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

0387. COBRANÇA DE ÁGUA: Face às dificuldades informáticas que levaram à acumulação do pagamento de vários meses de facturas de água, presente o senhor Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos, sugeriu que em Abril fossem emitidas as facturações respeitantes aos meses de Janeiro (a 01 de Abril) e Fevereiro (a 15 de Abril) e em Maio fossem emitidas as facturas respeitantes aos meses de Março (01 de Maio) e Abril (15 de Maio), estabelecendo-se um prazo de 30 dias para pagamento de cada uma das facturas. Face a questões colocadas pelos senhores vereadores, foi informado que, devido a exigências em termos de pagamento do IVA, não é possível efectuar as facturações de outro modo. Suscitadas diversas dúvidas quanto a esta forma de pagamento, por se entender que os consumidores serão prejudicados ao terem de pagar dois meses em cada mês, ficou acordado que se procederá de imediato à emissão da facturação correspondente ao mês de Janeiro e que na próxima reunião virá uma proposta com uma solução para o pagamento dos restantes meses em atraso – Fevereiro, Março e Abril.-----

0388. ASSOCIAÇÃO “LIGAR Á VIDA”: O senhor Padre Arsénio Isidoro, apresentou a associação “Ligar à Vida” e respondeu a diversas questões colocadas pelos senhores vereadores sobre a infra-estrutura que a referida associação pretende implementar na área do Município do Bombarral.-----

ORDEM DO DIA

0389. OBRAS PARTICULARES:-----
0389.01 VISTORIA NOS TERMOS DO N.º89 E 90 DO DECRETO-LEI N.º555/99, DE 16.12 COM A NOVA REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º60/2007, DE 04.09: Presente processo de vistoria efectuada nos termos do n.º 89 e 90 do Decreto-lei n.º 555/99, de 16

ACTA N.º 09/2009 – Reunião ordinária do dia 2009.03.30

- de Dezembro com a nova redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 04 de Setembro, às fracções D e Z do imóvel sito na Rua Luis de Camões, 64 r/ch, na vila e freguesia de Bombarral, propriedade da senhora D. Maria da Silva Oliveira, foi deliberado por unanimidade notificar o requerente para resolver no prazo máximo de 15 dias as incorrecções enunciadas no auto de vistoria. -----
- 0389.02 VISTORIA NOS TERMOS DO N.º89 E 90 DO DECRETO-LEI N.º555/99, DE 16.12 COM A NOVA REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º60/2007, DE 04.09:** Presente processo de vistoria nos termos do n.º 89 e 90 do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro com a nova redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 04 de Setembro, efectuada a imóvel sito na Travessa da Igreja, 9 – 1.º, lugar da Columbeira, freguesia de Roliça, foi deliberado por unanimidade notificar o proprietário para resolver no prazo de 30 dias as incorrecções enunciadas no auto de vistoria.. -----
- 0389.03 VISTORIA NOS TERMOS DO N.º89 E 90 DO DECRETO-LEI N.º555/99, DE 16.12 COM A NOVA REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º60/2007, DE 04.09:** Presente processo de vistoria nos termos do n.º 89 e 90 do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro com a nova redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 04 de Setembro, efectuada a imóvel sito na Rua da Misericórdia, 18 – 1.º dt., vila e freguesia de Bombarral, foi deliberado por unanimidade notificar o proprietário para no prazo de 60 dias proceder às obras de reposição das ideais condições de habitabilidade do imóvel, bem como à demolição de todas as construções de génese ilegal existentes no logradouro a tardóz. Mais foi deliberado que deverá solicitar o licenciamento da ampliação realizada, com a instrução legal de processo de obras. -----
- 0389.04 ALTERAÇÃO À PROPRIEDADE HORIZONTAL:** Apreciado o processo n.º 135/98/01, iniciado a requerimento apresentado pelos senhores Joaquim Alberto da Silva e Fernando Leal Viola, datado de 2009.02.06, foi deliberado por unanimidade aprovar a alteração à propriedade horizontal em edifício sito no Largo José Pereira de Carvalho, fracção D, vila e freguesia de Bombarral, passando a fracção D a estabelecimento destinado a comércio e serviços. -----
- 0389.05 CONSTRUÇÃO DE MORADIA E GARAGEM – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 72/08/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Marco Paulo Rodrigues Silva, datado de 2008.12.23, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de moradia e garagem sita na Rua dos Lavadouros, 17, lugar de São Mamede, freguesia de Roliça, condicionado à rectificação de áreas com apresentação da respectiva certidão de registo da conservatória, originais das plantas de localização e integral cumprimento das indicações do IGESPAR. -----
- 0389.06 ALTERAÇÃO DE INSTITUIÇÃO BANCÁRIA – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 73/08/01, iniciado a requerimento apresentado pelo Banco Santander Totta S.A., datado de 2008.12.22, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para alteração de instituição bancária sita na Praça do Município, vila e freguesia de Bombarral, condicionado pagamento da taxa anual referente à plataforma elevatória. -----
- 0389.07 INSTALAÇÃO DE DEPÓSITO DE GÁS – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 77/06/01, iniciado a requerimento apresentado pela firma REP-SOL Gás Portugal RBSA, datado de 2007.09.26, foi deliberado por unanimidade

ACTA N.º 09/2009 – Reunião ordinária do dia 2009.03.30

- 91 reprovar o pedido de instalação de depósito de gás sito no lugar da Portela, freguesia
92 de Bombarral, ao abrigo do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-lei n.º 267/2002, de 26 de
93 Novembro.-----
- 94 **0389.08 INSTALAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS COM SALA DE DANÇA –**
95 **PROJECTO DE ESPECIALIDADES:** Apreciado o processo n.º 66/07/01, iniciado a
96 requerimento apresentado pela senhora D. Anabela Rodrigues Silva Duarte, datado de
97 2009.03.11, foi deliberado por unanimidade aprovar a licença para instalação de esta-
98 belecimento de bebidas com sala de dança sita no Casal do Brejo, freguesia de Bom-
99 barral, condicionado ao cumprimento da informação n.º 57/DOPPU/09. -----
- 100 **0389.09 INSTALAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE SERVIÇOS – SALÃO DE CABELEI-**
101 **REIRA – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 87/08/01, ini-
102 ciado a requerimento apresentado pela senhora D. Ana Manuela Freitas Corredoura
103 dos Santos, datado de 2009.02.06, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto
104 de arquitectura e deferir o licenciamento para instalação de estabelecimento de servi-
105 ços sito no Largo José Pereira de Carvalho, 28 r/c C, vila e freguesia de Bombarral.---
- 106 **0389.10 INSTALAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS – PROJECTO DE ESPECIA-**
107 **LIDADES:** Presente o processo n.º 60/05/01, iniciado a requerimento apresentado
108 pelo senhor Ivo Manuel Pereira, a solicitar licença para instalação de estabelecimento
109 de bebidas sito no Casal da Cotovia, freguesia de Vale Covo, foi o mesmo retirado da
110 ordem do dia. -----
- 111 **0389.11 INSTALAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS – PROJECTO DE ESPECIA-**
112 **LIDADES:** Apreciado o processo n.º 45/08/01, iniciado a requerimento apresentado
113 pela senhora D. Maria Alice de Jesus Simão Martins, datado de 2009.03.10, foi delibe-
114 rado por unanimidade conceder licença para instalação de estabelecimento de bebi-
115 das sito na Rua dos Prazeres, 25, lugar de Barrocalvo, freguesia de Carvalhal. -----
- 116 **0389.12 CONSTRUÇÃO DE MORADIA – PROJECTO DE ESPECIALIDADES:** Apreciado o
117 processo n.º 57/08/01, iniciado a requerimento apresentado pela senhora D. Dora
118 Monteiro de Sousa Schniering, datado de 2009.03.04, a solicitar licença para constru-
119 ção de moradia sita na Rua da Gurita, lugar e freguesia da Roliça, e verificando-se que
120 foram presentes os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unani-
121 midade deferir o licenciamento pelo período de 12 meses. -----
- 122 **0389.13 AMPLIAÇÃO DE MORADIA – CADUCIDADE DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO:**
123 Apreciado o processo n.º 59/06/01, iniciado a requerimento apresentado pela senhora
124 D. Aida Gomes Marcelino, datado de 2007.10.02, foi deliberado por unanimidade
125 declarar a caducidade do alvará de construção sita na Rua Dr. Faria Pimentel, lugar
126 dos Baraças, freguesia de Roliça. -----
- 127 **0389.14 CONSTRUÇÃO DE CASA DE R/CH (LEGALIZAÇÃO) E AMPLIAÇÃO DA MESMA -**
128 **INFORMAÇÃO PRÉVIA:** Apreciado o processo n.º 01/09/02, iniciado a requerimento
129 apresentado pela senhora D. Guida Manuela Ferreira Marques Bruno P. Monteiro,
130 datado de 2009.03.17, foi deliberado por unanimidade emitir informação prévia favorá-
131 vel para legalização de construção de casa de r/ch e ampliação da mesma sita na Rua
132 Evaristo Judicibus, 27, vila e freguesia de Bombarral.-----
- 133 **0389.15 CONDOMINIO HABITACIONAL – ALTERAÇÃO AO PROJECTO DE ARQUITEC-**
134 **TURA:** Apreciado o processo n.º 156/06/01, iniciado a requerimento apresentado pela
135 firma A Casinha D'Óbidos Construções, Lda, datado de 2009.03.10, foi deliberado por

ACTA N.º 09/2009 – Reunião ordinária do dia 2009.03.30

- 136 unanimidade aprovar a alteração ao projecto de arquitectura de condomínio habitacio-
137 nal sito na Rua Principal, lugar de Gamelas, freguesia de Vale Covo. -----
- 138 **0389.16 CONDOMINIO HABITACIONAL – PROPRIEDADE HORIZONTAL:** Apreciado o pro-
139 cesso n.º 156/06/01, iniciado a requerimento apresentado pela firma A Casinha
140 D'Óbidos Construções, Lda, datado de 2009.03.10, foi deliberado por unanimidade
141 aprovar a constituição de propriedade horizontal em condomínio habitacional sito na
142 Rua Principal, lugar de Gamelas, freguesia de Vale Covo, com a constituição de 4
143 fracções todas destinadas a habitação. -----
- 144 **0389.17 ARRANJOS EXTERIORES E CONSTRUÇÃO DE ANEXOS – INFORMAÇÃO PRÉ-**
145 **VIA:** Apreciado o processo n.º 31/99/02, iniciado a requerimento apresentado pelo
146 senhor Paulo Furtado de Albuquerque e Silva, datado de 2009.01.08, foi deliberado
147 por unanimidade emitir informação prévia desfavorável para arranjos exteriores e
148 construção de anexos sitos na Rua Mouzinho de Albuquerque, vila e freguesia de
149 Bombarral, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 63.º do Decreto-lei n.º 445/91, de
150 20 de Novembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-lei n.º 250/94, de
151 15 de Outubro. -----
- 152 **0389.18 VISTORIA NOS TERMOS DO N.º89 E 90 DO DECRETO-LEI N.º555/99, DE 16.12**
153 **COM A NOVA REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º60/2007, DE 04.09:** Apreciado o pro-
154 cesso de vistoria nos termos do n.º 89 e 90 do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de
155 Dezembro com a nova redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 04 de Setembro, efec-
156 tuada a imóvel propriedade do senhor Pedro Duarte de Almeida Vítor, sita na Estrada
157 Nacional 361, lote 5, lugar e freguesia de Vale Covo, foi deliberado por unanimidade
158 notificar o promotor para resolver no prazo de 60 dias as incorrecções enunciadas no
159 auto de vistoria. -----
- 160 **0389.19 CONSTRUÇÃO DE MORADIA E MURO – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Pre-
161 sente o processo n.º 2/09/01, iniciado a requerimento apresentado pela senhora D.
162 Ann Lindsay Gibb, datado de 2009.03.18, com o projecto de arquitectura para constru-
163 ção de moradia e muro sito no Poisão, freguesia de Carvalhal, foi adiada a sua apre-
164 ciação para a próxima reunião.-----
- 165 **0389.20 APROVAÇÃO EM MINUTA:** As deliberações respeitantes a obras particulares foram
166 aprovadas em minuta para produzirem efeitos imediatos.-----
- 167 **0390. VISITA ÀS INSTALAÇÕES DO INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO:** Depois de visita
168 ao local e constatando-se que a parte mais importante do património foi retirada, foi
169 deliberado por unanimidade transmitir que a Câmara Municipal de Bombarral entende
170 que, do ponto de vista patrimonial perdeu o interesse. Poderá estar interessada na
171 aquisição depois de ser fornecido o valor após a avaliação, e sem qualquer ónus ou
172 encargo.-----
- 173 **0391. APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DO CONTRATO DE COMODATO**
174 **COM A ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO HUMANITÁRIA PARA O DESENVOLVIMEN-**
175 **TO:** Foi presente a seguinte proposta do senhor Presidente da Câmara: “Um dos pro-
176 blemas que tem assolado os diferentes estados tem sido o envelhecimento progressi-
177 vo da população, importando na necessidade de se adoptar medidas que assegurem
178 eficaz e eficientemente os cuidados e necessidades dos idosos, garantindo-lhes con-
179 dições de vida, saúde e habitação condignas. Por outro lado, tem-se assistido, global-
180 mente, a uma sensibilização e reconhecimento de direitos, em termos de discrimina-

ACTA N.º 09/2009 – Reunião ordinária do dia 2009.03.30

ção positiva, à população portadora de deficiência, que importa igualmente não descuidar em virtude das dificuldades com as quais quotidianamente têm de se defrontar de forma a atenuar esses obstáculos e a garantir-lhes os meios cruciais à sua realidade. Ora, Portugal não tem sido alheio a estas problemáticas e tem procurado reiteradamente colmatar esta nova realidade mediante a realização de estudos e a procura de soluções, entre outras, legislativas, sociais, na saúde, na integração numa vida activa, seja no que respeita à 3.ª e 4.ª idades, seja relativamente à população portadora de deficiência. Por sua vez, o Bombarral é um concelho que se tem igualmente debatido com estas questões e que tem estudado o problema tal como resulta do Diagnóstico Social do Bombarral (DSB) e do Plano de Desenvolvimento Social do Bombarral (PDSB), segundo os quais “(...) no apoio à 3.ª idade se levantam algumas dificuldades, nomeadamente pela escassez de equipamentos na maior parte das freguesias do concelho, o que facilmente se conclui se se tiver em conta que, actualmente, são cerca de 150 os utentes em lista de espera (...), junte-se a isto o crescente envelhecimento da população do Bombarral e o isolamento espacial e familiar a que muitos estão votados e poder-se-á considerar este, como o principal problema social do concelho a curto / médio espaço de tempo.” Relativamente à população deficiente é referido no DSB e PDSB que “o número de indivíduos portadores de deficiência, particularmente com um grau superior a 60%, suscita desde logo alguma preocupação, visto não existir no concelho qualquer instituição que acolha ou trate este leque da população.” Desta forma reveste importante relevo todas as acções e medidas que venham a se ponderadas e destinadas ao concelho no intuito de promover um sã envelhecimento da população idosa do concelho, bem como as condições indispensáveis a uma vida digna e igualitária em termos de meios e acessos à população portadora de deficiência. Assim e considerando que: compete às Câmaras Municipais apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal e social, tendo em consideração os estratos sociais desfavorecidos e dependentes; As Câmaras Municipais, tendo competência no âmbito desta matéria, podem celebrar protocolos de colaboração com instituições públicas, particulares e cooperativas, que desenvolvam a sua actividade na área do Município, em conformidade com o preceituado no artigo 67.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na sua redacção vigente, por forma a melhor prosseguir os interesses dos munícipes, como constitucionalmente se encontra consagrado; ao executivo compete gerir o património municipal, ao abrigo do disposto na legislação referida, assim como “adquirir e alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública” (al. F) do n.º 1 do artigo 64.º, bem como exercer as demais competências legalmente conferidas, com vista a prosseguir as normais atribuições do município; o Município é legítimo proprietário do prédio rústico, sito nos “Barros”, freguesia de Vale Covo, concelho de Bombarral, descrito na Conservatória do Registo Predial de Bombarral sob o n.º 552 e inscrito na respectiva matriz sob o art. 19.º, secção D, com a área total de 55.417 m²; A Associação de Gestão Humanitária para o Desenvolvimento – Ligar à Vida visa essencialmente o desenvolvimento e promoção de acções de cariz social, educacional e ambiental quer em Portugal, quer nos países lusófonos; esta Associação pretende construir um pólo social, no intuito de dotar o concelho com equipamentos sociais, em função das valências que vierem a

ACTA N.º 09/2009 – Reunião ordinária do dia 2009.03.30

ser aprovadas em sede de QREN, sendo certo que numa primeira fase está prevista a criação de um lar de terceira idade, o centro de dia e o lar residencial para deficientes; proponho que a Câmara Municipal em reunião do dia 30 de Março de 2009, aprecie e delibere no sentido de aprovar a minuta do contrato de comodato entre o Município de Bombarral e a Associação de Gestão Humanitária para o Desenvolvimento – Ligar à Vida, anexa à presente proposta, para entrega de 7.087 m² do prédio rústico supra referido, no intuito de nele construir e instalar o Pólo Social do Concelho do Bombarral.” -----

-----O senhor vereador Mário Morgado considerou que o texto da minuta do protocolo é muito redutor entendido no plano da coexistência e dos princípios da boa-fé entre as partes que deve encerrar um documento com o fim social que o sustenta. Por isso se recusa a proceder à correcção do texto dado que todo ele tem de ser alvo de revisão, sugerindo a título de exemplo algumas dessas alterações. -----

-----O senhor vereador Gabriel Martins disse entender que o contrato está completamente desajustado do ponto de vista jurídico e em termos dos interesses municipais e do que se pretende desenvolver, até porque a relação devia ser estabelecida sob a figura da cedência do direito de superfície. Sugeriu diversas alterações, considerando necessário ter uma garantia mínima de financiamento do projecto e acautelar a questão dos acessos e dos arranjos exteriores. Há várias instituições do concelho que, ano após ano, vêm pedindo a cedência de terreno para instalar a sua sede ou equipamentos, e a Câmara não lhes responde, como foi o caso neste mandato do Grupo Columbófilo Bombarralense. A questão da entrega do terreno para o quartel dos Bombeiros levou anos a ser decidida, assim como o terreno do Circulo de Cultura Musical Bombarralense levou anos a ser decidido. Este assunto tem interesse e deve ser tratado de forma correcta, não lhe parecendo que o contrato apresentado seja a melhor solução.-----

-----O senhor vereador Fialho Marcelino referiu que nenhum dos presentes quer que a associação não construa aquilo que se pretende levar a efeito no concelho. As questões levantadas não são para colocar pedras na engrenagem. Pelo Presidente da Associação não foi dito que tinham urgência na aprovação da minuta do contrato e oito dias dá para rever a proposta. No passado Domingo foi ao local e ficou com muitas dúvidas na localização proposta para o fim pretendido. Pensa que para a Câmara Municipal é esta a solução mais onerosa. -----

-----O senhor Presidente da Câmara retirou a proposta para ser reformulada.-----

0392. CONHECIMENTO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA CONTRATUALIZAÇÃO DE FORMAS E PRAZOS DE ADEQUAÇÃO DOS PDM'S AO PROT OVT: Foi tomado conhecimento da nota introdutória da contratualização de formas e prazos de adequação dos PDM's aos PROT OVT. -----

-----O senhor Presidente da Câmara informou que os Presidentes de Câmara estiveram presentes numa reunião na CCDRLVT e depois tiveram uma reunião na OesteCIM, tendo-se acordado tomar uma posição conjunta a transmitir a posição dos Municípios do Oeste. -----

0393. APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DE PROPOSTA COM VISTA A SER ISENTADO DO PAGAMENTO DE JUROS DE MORA DAS FACTURAS DE ÁGUA QUE NÃO FOI POSSIVEL REGULARIZAR DEVIDO A PROBLEMA INFORMÁTICO: Foi deliberado

ACTA N.º 09/2009 – Reunião ordinária do dia 2009.03.30

271 por unanimidade e em minuta aprovar a seguinte proposta do senhor vereador José
272 João Jesus Ferreira: “Considerando que a resolução do problema que afectou o pro-
273 grama informático de gestão de águas está quase ultrapassada; considerando que a
274 partir do próximo 31 de Março, segundo informação da AIRC, já teremos o novo pro-
275 grama a funcionar; considerando que alguns munícipes se deslocaram à Câmara
276 Municipal para efectuarem o pagamento das facturas vencidas até 31 de Dezembro e
277 que por não haver sistema informático não puderam regularizar essas facturas; propo-
278 nho que o executivo, delibere isentar o pagamento de juros de mora a todos os muni-
279 cipes, no período compreendido entre Janeiro e Abril de 2009, altura em que não
280 foram recebidos pagamentos de facturas de água.” -----

281 **0394. REVISÃO DE PREÇOS – ARRANJO URBANISTICO DA PRAÇA DA REPÚBLICA:**
282 Apreciada a informação n.º 015/CD-DT/09, foi deliberado por unanimidade aprovar a
283 revisão de preços da empreitada em epígrafe, no valor total de € 33.169,17, acrescido
284 de IVA à taxa legal em vigor. -----

285 **0395. APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE OFICIO DA JUNTA DE FREGUESIA DE**
286 **CARVALHAL COM VISTA A APROVAÇÃO DE DENOMINAÇÃO TOPONIMICA:**
287 Apreciado o ofício n.º 07/CM/2009 da Junta de Freguesia do Carvalhal, foi deliberado
288 por unanimidade aprovar a atribuição da denominação de Rua dos Arelhais, a arrua-
289 mento sito no lugar do Sobral do Parelhão. -----

290 **0396. APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA PEDIDO DE PAGAMENTO**
291 **EM PRESTAÇÕES DE RAMAL DE ESGOTO EM NOME DE CARLOS MANUEL DO**
292 **COITO:** Foi presente a seguinte proposta do senhor vereador José João Jesus Ferrei-
293 ra: “Considerando que o Município Carlos Manuel do Coito, morador no lugar e fregue-
294 sia do Pó, veio em 25.03.2009 requerer o pagamento em seis prestações do ramal de
295 esgotos que necessita para ligação da rede interna de uma moradia que possui nessa
296 povoação; considerando o valor em causa (€ 283,54) e as dificuldades que neste
297 momento se fazem sentir e que estão a afectar a população em geral; proponho que o
298 executivo em reunião do dia 30 de Março, aprecie e delibere sobre a viabilidade de
299 autorizar o pagamento da forma solicitada.” -----

300 -----O senhor vereador Fialho Marcelino considerou que esta proposta vem com
301 oito dias de atraso porque a semana passada aprovaram a redução das taxas urbanís-
302 ticas e antes da votação foi dito que a referida proposta não iria aquecer nem arrefecer
303 a construção no concelho e aprova de que tinham razão é que até por situações des-
304 tas se pedem pagamentos faseados. Isto prova que a proposta tinha toda a razão de
305 ser para existir. -----

306 -----O senhor vereador Mário Morgado respondeu que esta situação que o senhor
307 vereador Fialho Marcelino traz à colacção, está perfeitamente enquadrada na sua
308 intervenção aquando da discussão da referida proposta, porque reflecte a situação de
309 desemprego no concelho e a consequente carência económica não tem a ver directa-
310 mente com as taxas de construção.-----

311 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta autorizar o pagamento do ramal
312 de esgoto supra referido em seis prestações mensais. -----

ACTA N.º 09/2009 – Reunião ordinária do dia 2009.03.30

DELIBERAÇÕES: Nos termos do disposto no artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi reconhecida por unanimidade, a urgência de deliberação imediata dos seguintes assuntos: -----

0397. VISTORIA NOS TERMOS DO N.º 3 DO ARTIGO 89.º DO DECRETO-LEI N.º555/99, DE 16.12 COM A REDACÇÃO VIGENTE: Apreciado o processo de vistoria nos termos do n.º 3 do artigo 89.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro com a redacção vigente, efectuada a imóvel propriedade da firma Villagrande – Empreendimentos Imobiliários, Lda, sito no gaveto da Rua Mouzinho de Albuquerque com a Rua José Pereira Bernardino, vila e freguesia de Bombarral, foi deliberado por unanimidade e em minuta notificar o requerente para no prazo de 30 dias proceder à demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas. -----

0398. CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR, PISCINA E MURO DE VEDAÇÃO – ALTERAÇÃO AO PROJECTO DE ARQUITECTURA: Apreciado o processo n.º 38/2008/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Luis Manuel Santos Romão, datado de 2009.02.17, foi deliberado por maioria com os votos favoráveis do senhor Presidente da Câmara, do senhor vice-Presidente da Câmara e dos senhores vereadores José João Ferreira e Mário Morgado e os votos contra dos senhores vereadores Gabriel Martins, Bruno Santos e Fialho Marcelino, aprovar a alteração ao projecto de arquitectura para construção de moradia unifamiliar, piscina e muro de vedação sítos na Quinta da Botelheira, freguesia de Carvalhal, condicionado à execução de uma fossa séptica previamente licenciada na ARH Tejo e à apresentação em sede de especialidades de arranjo paisagístico que minimize o impacte do edificado na envolvente, sem prejuízo do cumprimento do Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de Junho. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

-----Pelas 21.00 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme, vai ser devidamente assinada nos termos do n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, pelo presidente do órgão e pelo funcionário municipal que a lavrou.-----

O Presidente da Câmara:

O Funcionário: